

PERFIL DO TRABALHADOR RURAL EM FAZENDAS CAFEIRAS CERTIFICADAS E NÃO CERTIFICADAS

Rafael Antônio Almeida Dias ¹; Rodrigo Elias Batista Almeida Dias ²; Agda Silva Prado ³; Sérgio Parreiras Pereira ⁴; Cibele Maria Garcia de Aguiar ⁵, Álvaro Pinto de Aguiar Neto ⁶

¹ Bolsista BATII FAPEMIG/UFLA, Lavras-MG, rafaell_diass@hotmail.com

² Bolsista CNPq/EPAMIG, Lavras-MG, rodrigoodias@hotmail.com

³ Bolsista BATII FAPEMIG/UFLA, Lavras-MG, agdasprado@yahoo.com.br

⁴ Pesquisador do Instituto Agrônomo – IAC, Doutorando Departamento de Agricultura, Universidade Federal de Lavras, sergiopereira@iac.sp.gov.br

⁵ Jornalista, Lavras-MG, cibeleda@reitoria.ufla.br

⁶ Eng. Agrônomo/Multisais, Botelhos-MG, neto.botelhos@yahoo.com.br

RESUMO: Atualmente a cafeicultura vem mudando seus paradigmas e cada vez mais procurando alternativas viáveis para uma maior agregação de valor em seus produtos, e com isso a certificação vem crescendo nesse meio. O objetivo desse trabalho foi comparar o perfil dos trabalhadores rurais de fazendas certificadas e não certificadas do sul de Minas Gerais. Estima-se que exista diferença no perfil dos trabalhadores rurais graças ao aspecto social e preventivista que envolve o processo de certificação das fazendas. Para identificar a diferença entre o perfil foi feito um questionário que foi aplicado em trabalhadores nas duas modalidades, onde foi feita a estatística que está expressa em forma de gráficos. Conforme previsto, as fazendas certificadas oferecem melhores condições de saúde, higiene e trabalho, superando as fazendas não certificadas.

Palavras-chave: café; perfil trabalhador rural; certificação.

PROFILE OF RURAL WORKERS IN CERTIFIED COFFEE FARMS AND NON CERTIFIED

ABSTRACT: Today, coffee is changing your paradigms and increasingly looking for alternatives to a more value added in their products, and with this, the certification is growing. The objective of this study was to compare the profile of rural workers from certified farms and not certified in southern Minas Gerais. It is estimated that there is difference in the profile of rural workers by the social aspect and preventionist involving the process of certification of farms. To identify the difference between the profile was made one questionnaire that was applied to rural workers in both farms models, and the statistic that is expressed in graph form. As expected, the certified farms offer better health, hygiene and work, overcoming the farms not certified.

Keywords: Coffee; rural worker; Certification.

INTRODUÇÃO

O café é um dos produtos agrícolas mais comercializados no mundo. É produzido em mais de 60 países em desenvolvimento e consumido principalmente em países desenvolvidos. Sua produção envolve grande número de pequenos produtores. Estima-se que 25 milhões de pessoas dependam de sua produção para sobreviver e que 100 milhões estejam envolvidas no setor desde a produção rural até o processamento e venda. (Bliska, 2006)

Entres os diversos produtos agrícolas produzidos no Brasil, o café se destaca, pois o país é o maior produtor e exportador e segundo maior consumidor de café do mundo. O café é produzido em 14 estados da Federação, possui atualmente uma área plantada de 2,3 milhões de hectares, com aproximadamente seis bilhões de cafeeiros, está presente em cerca de 1.900 municípios e emprega direta e indiretamente aproximadamente 8,4 milhões de trabalhadores (MAPA, 2009).

Através dos diagnósticos obtidos por Gonçalves (2009), ele relata que atualmente tem-se preocupado com as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores rurais, porém infelizmente a adequação do ambiente de trabalho ainda se encontra longe da realidade exigida, no entanto encontram-se fazendas cafeeiras certificadas às quais podem apresentar um diferencial no perfil de seus funcionários.

Por ser o café um bem cujos atributos de qualidade para bebida só poderem ser avaliados após o consumo, é cada vez mais comum a utilização de meios que garantam a sua qualidade, mesmo antes do consumo. A certificação é um destes meios, além de ser um requisito essencial para que o café seja exportado. No Brasil, enquanto um processo, a certificação vem se tornando um diferencial entre as empresas, porém, cada vez mais passa a ser uma exigência para permanência das empresas neste segmento. Sendo assim, a certificação do café vem se estabelecendo como uma prática constante nas organizações rurais do Brasil e do mundo (Pinto & Queiroz, 2010).

Estudos comparativos entre fazendas certificadas e não certificadas realizados por COSA (2008) aponta que a maioria significativa de ganhos por fazendas certificadas foram encontradas na utilização de contratos escritos e a existência de associações e organizações de trabalhadores – ambos das quais foram duas vezes mais prevalentes em propriedades certificadas do que as convencionais

O entendimento sobre o termo “certificação” é existente em duas formas, sendo uma compulsória e a outra voluntária. A certificação compulsória decorre de regulamentações de cunho legal, através de leis, decretos e outros, sendo aplicadas em produtos que têm um risco potencial elevado de perigo. A certificação voluntária é aquela decorrente de práticas ou exigências do mercado, que introduz confiabilidade ao produto (Triantafyllou, 2003).

No caso do sistema agroindustrial do café, o que geralmente se encontra é a certificação voluntária, com o intuito de transmitir ao comprador ou consumidor de café uma imagem de confiança, além de diferir o produto de seus concorrentes, aumentando, portanto, sua competitividade. Para certificar um determinado produto é necessário avaliar se este atende aos requisitos das normas e códigos de conduta das certificadoras. Este é o papel dos Organismos de Certificação, formados por técnicos que através de processos de auditoria e inspeção elaboram laudos de avaliação. Estas normas, por sua vez, são estabelecidas por comitês que representam os setores interessados na produção de determinado produto ou serviço. (Pereira et. al, 2007).

Dada esta importância, o tema sustentabilidade tem ganhado destaque não apenas no setor produtivo e empresarial, mas também tem norteado muitas linhas de pesquisa. Nos estudos de Pereira (2007), ressalta-se que a história do setor cafeeiro é marcada pelo desenvolvimento inadequado de infra-estrutura, mal uso de técnicas agrônômicas, deficiências sistêmicas na cadeia de abastecimento e imperfeições mercadológicas, que geram desafios sociais, econômicos e ambientais. Hoje, busca-se se alcançar maior sustentabilidade e estabilidade, em função da tendência crescente de se ter cadeia de abastecimento e relações de mercado mais transparentes, maior diferenciação no mercado e adoção intencional de “melhores práticas” em prol da sustentabilidade (Pereira et al., 2007).

Neste contexto o presente trabalho tem o objetivo de analisar o perfil dos funcionários de fazendas cafeeiras certificadas e não certificadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para obtenção dos resultados, em novembro de 2009, foi aplicado um questionário estruturado com a opção de resposta em “sim” ou “não” aos funcionários de fazendas cafeeiras certificadas e não certificadas, tais fazendas são das cidades de Muzambinho, Nova Resende e Conceição Aparecida, situadas no sul do estado de Minas Gerais. A amostra foi constituída de 10 trabalhadores rurais das fazendas certificadas e 20 das fazendas não certificadas, todos escolhidos aleatoriamente.

As respostas foram quantificadas e expressas em formas de gráficos. Para a quantificação estatística, foram analisadas as respostas obtidas dos os questionários respondidos pelos trabalhadores rurais das fazendas certificadas e das não certificadas, calculando-se os resultados em forma de porcentagem, a fim de obter uma comparação equivalente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando a análise sobre as condições de moradia fornecidas aos trabalhadores rurais em propriedades cafeeiras mostrado na Figura 1, verificou-se que nas fazendas certificadas têm uma maior porcentagem de cessão de moradias a seus funcionários, refletindo assim de forma indireta no próprio salário do trabalhador, pois geralmente despesas com as casas cedidas são arcadas pelos proprietários das fazendas, e essa relação entre trabalhador e empregado está conforme Lei Nº 5.889/73 (Brasil, 1973).

Em relação ao transporte fornecido pelas fazendas, a Figura 2 apresenta que 100% dos trabalhadores das fazendas certificadas recebem transporte gratuito, enquanto 6% dos trabalhadores de fazendas não certificadas recebem transporte gratuito e sua grande maioria, 94% não têm transporte providenciado pela fazenda.

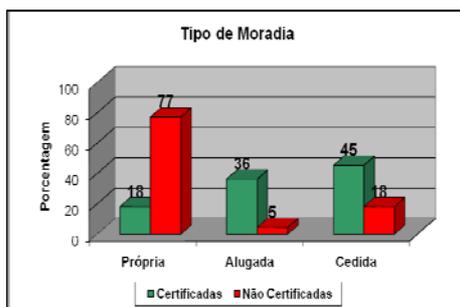


Figura 1: moradias a seus funcionários

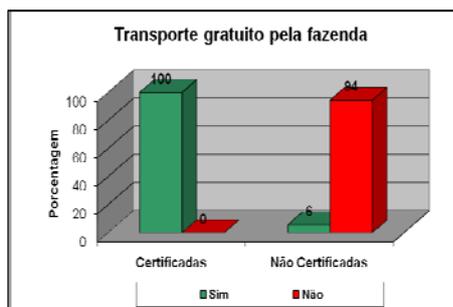


Figura 2: transporte gratuito

Sobre a realização de reciclagem, a Figura 3 mostra que, 100% dos residentes nas fazendas certificadas fazem a coleta seletiva de lixo, enquanto que apenas 41% dos funcionários nas fazendas não certificadas realizam a coleta seletiva.

Em relação ao comprometimento em registrar os trabalhadores rurais pelos empregadores. Pode-se verificar através da Figura 4 que 100% dos entrevistados das fazendas certificadas possuem carteira assinada. Já nas fazendas não certificadas a situação é diferente, apenas 27% estão trabalhando com carteira assinada, e a grande maioria, 73%, responderam que trabalham sem registro, ou seja, encontram-se em situação irregular de acordo com a lei trabalhista.

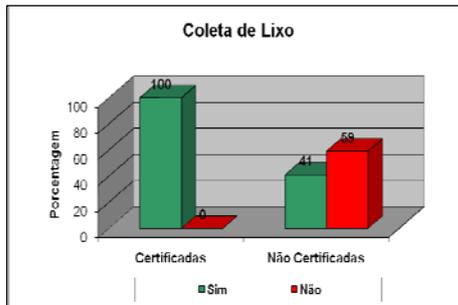


Figura 3: coleta de lixo;

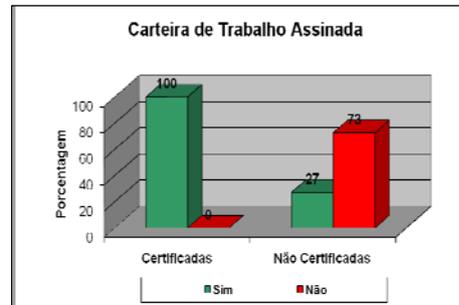


Figura 4: carteira assinada;

A média salarial dos trabalhadores de fazendas certificadas e não certificadas em termos monetários é o mesmo, o valor médio recebido abrange em torno de 1 a 2 salários mínimos (Figura 5).

Sobre a proteção pessoal dos trabalhadores rurais, diagnosticou-se que a utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) é feita por todos os trabalhadores entrevistados das fazendas certificadas e por apenas 23% dos trabalhadores de fazendas não certificadas, com isso, 77% não faz uso dos equipamentos de proteção individual como mostra a Figura 6.

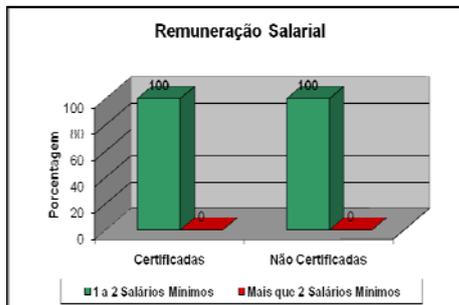


Figura 5: Remuneração salarial

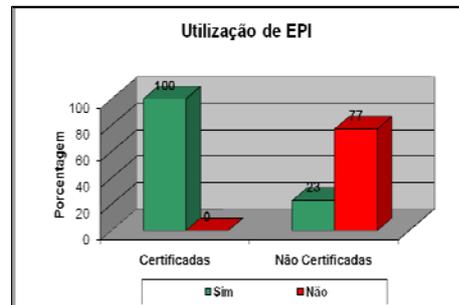


Figura 6: Utilização de EPI

O recebimento desses EPIs, para todos os entrevistados das fazendas certificadas é proporcionado pela própria fazenda, já nas propriedades não certificadas, 60% dos trabalhadores que usam EPI's tem o fornecimento desse material realizado pelo empregador e 40% não recebem nenhum tipo de EPI (Figura 7).

Em ambos os tipos de propriedades, os funcionários que utilizam equipamento de proteção individual, foi constatado que substituem esse equipamento quando necessário, demonstrado na Figura 8.

O treinamento dos funcionários para utilização do EPI é imprescindível para o funcionário utilizá-lo da melhor maneira, protegendo-o durante a aplicação de defensivos agrícolas, mas conforme na Figura 9, 100% dos funcionários entrevistados das fazendas certificadas recebem o treinamento sobre a utilização dos EPI's, em contrapartida nas fazendas não certificadas a realidade é oposta, porque todos os funcionários que responderam o questionário que trabalham nessas propriedades não recebem treinamento algum.

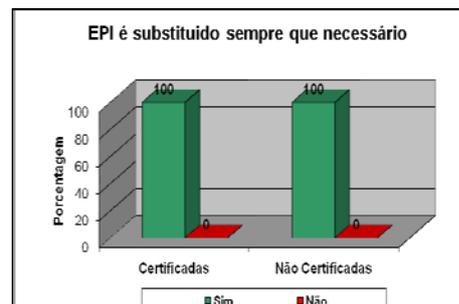
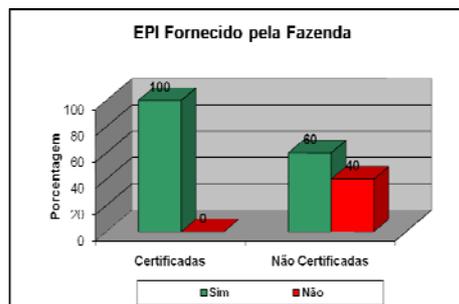


Figura 7: EPI fornecido pela Fazenda

Figura 8: EPI substituído sempre que necessário



Figura 9: Recebe treinamento para utilização do EPI;

A Figura 10 mostra que 100% dos funcionários entrevistados das fazendas certificadas conhecem o Mapa de Risco da propriedade, e todos os entrevistados das fazendas não certificadas não tem o conhecimento sobre este Mapa. E a orientação para interpretação dos Mapas de Risco é realizada nas fazendas certificadas, segundo os entrevistados destas fazendas a ao contrario das fazendas não certificadas que não orientam seus funcionários como pode mostrar a Figura 11.

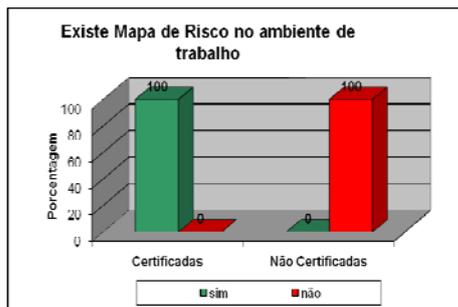


Figura 10: Existe mapa de risco;

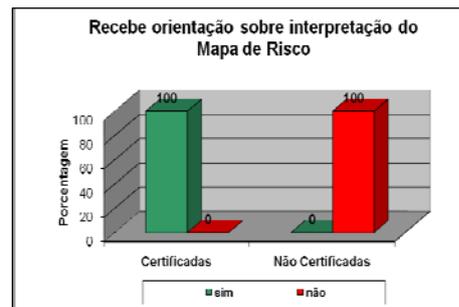


Figura 11: Orientação sobre mapa de risco;

Nas fazendas certificadas 82% dos funcionários descreveram que possuem barracas sanitárias a sua disposição, e 100% dos funcionários de fazendas não certificadas descreveram que não possuem tal recurso. Conforme pode ser observado na Figura 12.

A Figura 13 mostra que 64% dos funcionários entrevistados das fazendas certificadas, descreveram que tem acesso a ambiente coberto para se fazer as refeições durante a jornada de trabalho, demonstrando assim que essas propriedades estão de acordo com a NR31 e que 100% das fazendas não certificadas não estão de acordo com as normas da NR31 (BRASIL, 2005), ou seja, não oferecem este tipo de recurso aos seus funcionários.

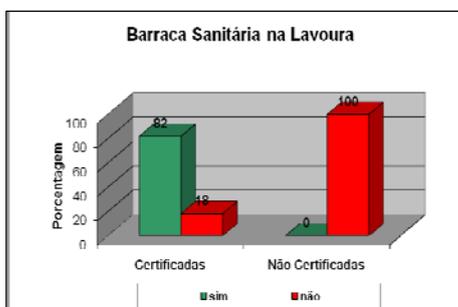


Figura 12: Barraca sanitária na lavoura;

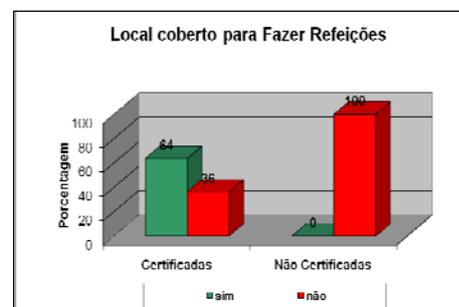


Figura 13: Local coberto para refeições;

Conforme é observado na Figura 14, todos os funcionários das fazendas certificadas são conscientizados através de palestras sobre Saúde, Drogas e Álcool, o que não acontece com os funcionários das fazendas não certificadas pois não são orientados sobre estes temas. Este resultado corrobora com o trabalho realizado por COSA

(2008) onde foi diagnosticado que uma alta porcentagem de fazendas certificadas tem anotadas políticas de saúde para trabalhadores.

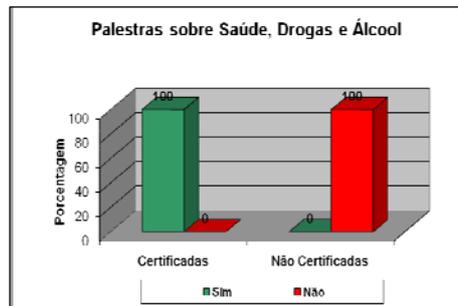


Figura 14: palestras sobre Saúde Drogas e Álcool

CONCLUSÕES

Atualmente o numero de fazendas não certificadas ainda é muito maior do que o numero de fazendas certificadas, e pelas normas e legislações trabalhistas e ambientais que a certificação estabelece a essas propriedades, o perfil dos funcionários das fazendas certificadas é totalmente diferente do perfil de funcionários de fazendas não certificadas, o presente trabalho destacou diferenças entre o perfil destes trabalhadores. Onde foi possível observar que trabalhadores de fazendas certificadas têm melhores condições sociais e ambientais do que os trabalhadores de fazendas não certificadas, por estarem amparados pelas normas exigidas pelas certificadoras que provém das NR's, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao trabalhador.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- BLISKA, F. M. M. ; PEREIRA, S. P. ; GIOMO, G. S. ; TOMAZIELLO, R. A. . **Certificação de cafés sustentáveis e a agricultura familiar**. In: III Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006, Campinas. Anais do III Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Piracicaba : Fealq, 2006. v. III.
- BRASIL. **Lei Nº 5.889 - de 8 de Junho de 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1973/5889.htm>> Acesso em: 17/01/2010.
- BRASIL. NR 31 - **Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura**. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf>. Acesso em: 21/01/2010.
- COSA: Committee on Sustainability Assessment. **IISD**. Seeking Sustainability COSA Preliminary Analysis of Sustainability Initiatives in the Coffee Sector. September 2008. Disponível em: <http://www.iisd.org/pdf/2008/seeking_sustainability.pdf> Acesso em 11 de julho de 2010.
- GONÇALCES. E.T, 2009. Certificação de café: Conceito, oportunidade e tendências do sistema. Disponível em: <<http://www.agripoint.com.br/certificacao-cafe/>>. Acesso em 20/01/2010. AGRIPPOINT CONSULTORIA LTDA.
- MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Café Sustentável : riqueza do Brasil** . Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia – Brasília: Mapa/ACS, 22p. 2009.
- PEREIRA, S.; BLISKA, F. M. M; GIOMO, G. S. ; **Desenvolvimento Sustentável e os Programas de Certificação de Café em Andamento no Brasil**. In: Rastreabilidade para a Cadeia Produtiva do Café. Ed.: ZAMBOLIM, L.; Universidade de Viçosa - UFV 2007.
- PINTO, F. de A. de C.; QUEIROZ, D. M. de; **Cafeicultura de Precisão**. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/siap2005/palestras/SIAP3_Palestra_Pinto_FAC.pdf>Acesso em 25/01/2010
- TRIANTAFYLLOU, P. E. **Certificação: Em busca de confiança dos mercados e da eficácia dos sistemas de gestão e dos produtos**. Patrocínio: Revista Cafeicultura. 2003. p. 4-5.